

VAGNER CAMILO

Um **Bangüê**  
na fronteira  
de Wessex e da Beira  
.....  
(Lins do Rego, leitor de Hardy e Eça)

**VAGNER CAMILO**  
é professor de Literatura  
Brasileira da USP e autor  
de *Drummond: da Rosa do  
Povo à Rosa das Trevas*  
(Ateliê Editorial/Anpoll).

# T

erceiro romance do *ciclo da cana-de-açúcar*, *Bangüê* (1934) leva adiante o intento revelado *no curso* (1) da produção ficcional de Lins do Rego, de retrazar o declínio do patriarcado açucareiro, em virtude da ameaça encarnada pela usina, que representava a nova ordem capitalista no campo, enfim vitoriosa.

A condição de rebento pródigo da velha ordem patriarcal parece responder pelas atitudes ambíguas do narrador em 1ª pessoa (e autor implícito), que “ora denuncia as mazelas da dominação de sua classe, ora atenua e justifica os desmandos da estrutura patriarcal, autenticada pela aura da grandeza colonizadora, pelo mito da ‘nobreza hereditária’” (2). A própria concepção de um *ciclo memorialístico* tende a evidenciar o compromisso de classe de seu autor, na medida em que as narrativas *reiterantes* parecem atender, justamente, ao intuito de impedir a *morte* dessa ordem, ainda que retratando-a em seu momento agônico. “Através da imagem do declínio, simultaneamente denunciado e lamentado, fixa-se a saga dos ‘coronéis do açúcar’ na memória histórico-literária” (3).

*Bangüê* liga-se aos demais romances do ciclo pela técnica de *encaixe temático* que, costurando ações e personagens, garante o princípio de identidade do núcleo narrativo (4). Reencontramos aqui personagens da infância (retratada em *Menino de Engenho*) e da adolescência (em *Doidinho*) do agora bacharel dr. Carlos de Melo, no retorno da cidade onde se formou ao velho engenho Santa Rosa onde impera a figura mítica do avô-patriarca.

Na retratação do cel. Zé Paulino, de seu universo rural e do próprio neto, como narrador-personagem, o autor de *Bangüê* partiu de um diálogo explícito com Eça de Queirós e Thomas Hardy, que, embora

mencionado *en passant* por um ou outro intérprete, não parece ter sido ainda objeto de alguma análise efetiva (5).

Não pretendo suprir essa carência promovendo o cotejo detido de romances, personagens, enredos e conflitos dos autores comparados, até porque meu contato com a obra do escritor português e, mais ainda, com a do inglês é bastante limitado. Gostaria apenas de considerar, rapidamente, uma problemática que me parece central e comum ao universo ficcional desses autores, discutindo as afinidades e, sobretudo, as diferenças mais flagrantes do romance de Lins do Rego em relação a seus interlocutores, motivadas, até certo ponto, pela especificidade de um contexto histórico-social pautado pela desagregação, persistência e convívio conflituoso entre o passado e o presente, o tradicional e o moderno.

Como a intenção, por ora, não é ir além das considerações preliminares, elegeu-se, para o comentário do intertexto de *Bangüê*, tão-somente um intérprete de Eça e outro de Hardy, que armam suas análises a partir de uma mesma oposição, central para a problemática que se busca considerar aqui. Começo pela leitura do escritor português.

## DE SANTA OLÁVIA A(O) SANTA ROSA

No caso de Eça, *Bangüê* dialoga especificamente com *Os Maias*, como o próprio narrador trata de explicitar, embora muito mais para estabelecer a *distância* que separa o universo da nobreza rural lusitana daquele representado por seu avô e pela vida no Engenho Santa Rosa. Apesar disso, o diálogo persiste em outros níveis mais significativos.

Em “Entre Campo e Cidade”, Antonio Candido reconhece em *Os Maias* um momento de “refluxo ideológico” na trajetória do romancista, devido ao abandono do ponto de vista urbano em benefício do rural e do passado que ele outrora renegou completamente. Construído num *sistema de balança* entre a cidade e o campo, entre Lisboa e a quinta de Santa Olávia, o *eixo*

1 De acordo com Graciliano Ramos, o *ciclo da cana-de-açúcar* não é resultado de um projeto previamente traçado, mas algo que foi se definindo à medida mesmo que se fazia [cf. “Decadência do Romance Brasileiro”, in *Literatura*, nº 1, ano I, Rio de Janeiro, set./1949].

2 Moema Selma D’Andrea, *A Tradição Redescoberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 75.

3 Idem, *ibidem*, p. 76.

4 Idem, *ibidem*.

5 Os ecos das leituras de Eça, Hardy ou Lawrence, entre outros, são reconhecidos em *Bangüê* e demais romances do escritor paraibano por críticos como Josué Montello, Roberto Alvim Corrêa, Edilberto Coutinho, Álvaro Lins e Vítor Ramos. Salvo, talvez, os dois últimos, que chegam a arriscar um comentário pouco mais detido, a grande maioria parece temer que tais aproximações literárias sejam incompatíveis como a suposta *originalidade*, espontaneidade e vitalismo do *brasileiríssimo* Lins do Rego, como diria Carpeaux, um dos que nega, taxativamente, qualquer “influência”. Não é preciso ser nenhum adepto das teorias modernas da [inter]textualidade para reconhecer o que há de equivocado e ingênuo em concepções como essa, tanto mais porque desconsidera o que é dado de maneira explícita na própria obra. É esse diálogo franco – e produtivo para a compreensão do conflito central do romance – que se busca examinar aqui.

*moral* do livro, segundo o crítico, é o contraste entre o vazio e o superficial da civilização burguesa lisboeta e “a vida reta, digna, saudável do velho Afonso da Maia, ‘simples beirão’ cujo caráter ‘adquirira a rica solidez de um bronze velho’. O romance se desenvolve em torno dessa oposição e, como um mau presságio que se realiza, acaba pela vitória da cidade sobre o campo”. Lisboa acaba por *desfibrar* o médico Carlos da Maia – que, na infância, após o suicídio do pai, fora criado pelo avô, segundo padrões britânicos, nas boas terras da Beira, “forjando os músculos e o caráter numa vida aberta e sem medo” – e o transforma “num *viveur* inútil, que alia a ociosidade ao diletantismo” (6).

Esse resumo do comentário de Candido, embora apressado, é suficiente para uma primeira aproximação com *Bangüê*. O narrador de Lins do Rego centra o foco no confronto entre seu avô e o velho Maia, deixando na sombra a afinidade entre os netos, que vai além da mera similaridade dos nomes (Carlos da Maia – Carlos de Melo), igualmente importante para a devida compreensão do intertexto. Assim como o Carlinhos de *Os Maias*, o de *Bangüê* também fora criado no campo, nas terras do engenho, sem qualquer disciplina britânica como o primeiro, mas igualmente entregue aos cuidados do avô, devido a uma tragédia similar envolvendo os pais (7). Homem feito, o dr. Carlos de Melo, tal como o dr. Carlos da Maia, afigura-se como um ser igualmente *desfibrado*, entregue à completa ociosidade no engenho, depois da vida boêmia na cidade, durante os estudos jurídicos. O próprio exercício eventual, puramente diletante, da medicina por Carlos da Maia pode ser aproximado da relação nula de Carlos de Melo com sua formação jurídica.

Estabelecidos os pontos de contato mais evidentes entre os dois netos, passo aos avôs. Retomo, assim, a evocação explícita de *Os Maias* pelo narrador de *Bangüê* e o confronto estabelecido entre o cel. Zé Paulino e a figura grandiosa de Afonso da Maia, “varão de outras idades” que ao lado de outro personagem fidalgo da obra (o marquês de Souza) “inauguram uma sé-

rie de aristocratas rurais que serão daí por diante na obra de Eça de Queirós, e sempre aos pares, os detentores da fibra ou da generosidade que falecem ao Portugal urbano e burguês” (8).

Partindo desse modelo ideal de nobreza e fidalguia encarnado por Afonso da Maia, representante da “boa cepa rural” lusitana, e sua quinta de Santa Olávia, Carlos de Melo recriava para os amigos da cidade a imagem enobrecida, senhorial de seu avô e do Santa Rosa, sobre os quais tencionava escrever um livro (9), como se vê na carta a ele endereçada por Mário Santos e reproduzida no capítulo VI:

“Corre por aqui também uma versão: a de que você está preparando um livro sobre o seu avô, nada menos do que toda a história da cana-de-açúcar na Paraíba. Estou doido para lê-lo. Será verdade? O assunto é o mais sugestivo. Aliás você terá todas as facilidades. Pelo que se falava na academia, o seu avô é o grande tipo do senhor de engenho. A vida aí, no Santa Rosa, ainda deve ser a grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão”.

No capítulo seguinte, o narrador-personagem tece o seguinte comentário sobre tal carta:

“A carta, porém, me feriu profundamente com aquela história do livro. A literatura, a pose de me fazer de uma grande família, criara em meu derredor aquela fama de avós morgados. Esperava-se um livro, um grande livro. De quem vivia a brincar com moscas, trancado num quarto como um lunático.

E se Mário Santos viesse ao engenho para ver de perto o modelo, o grande tipo de senhor rural das minhas pinturas, dos meus orgulhos? Tinha o neto vergonha do avô? Não, não era vergonha dele. Era de mim mesmo, de minhas mentiras descobertas. Mário Santos viria com seu olho de diabo descobrir as minhas imposturas, conhecer no verdadeiro cenário o Santa Rosa que a imaginação do seu amigo inventara.

6 Antonio Candido, “Entre Campo e Cidade”, in *Tese e Antítese: Ensaios*, São Paulo, Nacional, 1978, p. 42.

7 Como se sabe desde *Menino de Engenho*, a mãe fora assassinada pelo pai, num acesso de loucura.

8 Antonio Candido, op. cit., p. 43.

9 É sabido que, antes de escrever o primeiro romance do ciclo, a intenção inicial de Lins do Rego era, mesmo, de “escrever uma biografia do avô. Espécie de memórias de um senhor de engenho, visto pelo neto. Foi então que a veia romanesca tratou o ensaísta” (Edilberto Coutinho, *O Romance do Açúcar: José Lins do Rego, Vida e Obra*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, p. 10).

Onde estava o solar dos Melos, os marquesões, as baixelas de prata em que comiam os Melos, a vida larga e farta dos senhores de engenho? Fingira junto dos camaradas hábitos e riquezas de fantasia, um avô majestoso mandando com a dignidade de senhor. E o que encontraria? Um velho bom, gritando para as negras por causa de insignificâncias, de chambre de chitão, pelo meio da casa” (10).

Carlos de Melo só reforça aqui o que já demonstrara no capítulo V, sobre o que havia de prosaico e excessivamente grosseiro no cotidiano do Santa Rosa e nos hábitos do avô. É exatamente nessa passagem que estabelece o confronto com *Os Maias*:

“Os livros que tinha não seriam os amigos generosos de que falavam. Lera *Os Maias* e as figuras deste romance me empolgaram, agitando-me de verdade aqueles homens de Eça. Livro de uma humanidade profunda, mas triste. Toda alegria de Eça, todo o ridículo do pobre Alencar não me arrastariam daquele quadro pungentíssimo do velho Maia de candeeiro na mão, espiando a infelicidade do neto que corria atrás da carne cheirosa da irmã.

Lera este livro sem parar, procurando encontrar no avô daquelas páginas humanas o velho Zé Paulino do Santa Rosa. É uma coisa chocante quando a gente vai ler um romance com este propósito. Porque o modelo do livro excede de quando em vez a figura em que se pensa, reduz até a tamanho insignificante a pessoa que queríamos meter em comparações. Junto de Afonso da Maia o velho Zé Paulino perdeu muito. A velhice daquele mangava do tempo, o material humano, a natureza generosa e grande do velho de Eça atravessavam a idade com todas as dignidades intactas.

Não devera ter procurado trazer o meu avô para perto daquele tipo perfeito da criação. Ele era um campônio modesto, humilde, em frente àquela nobreza da raça. O que eles tinham de igual, do mesmo tamanho, era o coração.

Tudo no outro era daquele mundo que eu sonhara construir no Santa Rosa; o gesto, o

gosto, a coragem. E o velho chegara até os fins, de cabeça firme, de hábitos compostos. Morreu naquele banco de mármore, como um pássaro, sem emporcalhar-se com morte degradante. Morreu de dor, pelo coração, como vivera pelo coração, com a sensibilidade viva e ainda sofrendo pelos seus. A desventura dos netos prostrou-o como um raio. E o Ramalhete era bem o solar para aquele morgado.

E meu avô? E a gente que o cercava?” (11).

No Santa Rosa, não havia nada parecido aos livros que atendessem às pretensões nobiliárquicas de Carlos (12). Nada digno de nota na vulgaridade de uma vida como a de Zé Paulino, escarrando no chão, dizendo palavrões aos cabras e jogando *lasquiné* sozinho, apoiado em seu “cacete de patriarca”. Muito menos na rotina do engenho e da casa, com tia Sinhazinha espancando as negras ou dormitando numa cadeira de balanço; os carros de boi gemendo na estrada; a moenda espremendo cana; a tristeza contagiosa e suicida dos poentes; as noites quietas no casarão sombrio onde “o silêncio só se quebrava com a chinela da negra que botava os pratos na mesa para o chá”.

Em confronto com *Os Maias*, Carlos de Melo, num misto de horror, desprezo e culpa, enxerga o avô e a vida no engenho de uma *perspectiva irônica*, própria de quem fala do plano “realístico” da experiência, segundo Frye (13), o que supostamente garantiria maior *realismo* à narrativa (quem sabe, maior até do que a do próprio mestre do realismo português!), porque distante de toda e qualquer *idealização literária*. É o que denuncia o autor implícito já na abertura do livro, depois do *ubi sunt* (14) do 3º parágrafo:

“Tudo era literatura que se fazia naquele tempo. Um senhor de engenho era motivo literário de primeira ordem. Viam-se esses homens toscos como verdadeiros aristocratas, comendo com facas de prata e andando de carruagem. A tradição dessa vida me enchia de ter saído de tal gente. Ia longe nos meus sonhos, pensava em mon-

10 José Lins do Rego, *Bangüê. Ficção Completa*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1987, parte I, caps. VI, pp. 310-1, e VII, pp. 313-4.

11 Idem, *ibidem*, pp. 306-7.

12 A essa pretensão de fidalguia (*lusitana*), liga-se a defesa da “pureza da raça” pelo narrador-personagem [apesar do envolvimento com uma mulata e a acusação de ter “dellorado uma negra”], de acordo com a referida carta do amigo Mário Santos. O mesmo amigo que lhe sugere a leitura de um livro – então recente – “de um sujeito do sul sobre as populações meridionais” que poderia servir de inspiração para Carlos escrever o seu, sobre “os homens do Norte” de que descendia. A alusão ao livro de Oliveira Vianna [*Populações Meridionais do Brasil*, 1920], cujos esquemas *arianizantes* seriam, em dada medida, contestados por Freyre, justifica-se em uma obra ficcional que, como veremos, dialoga de perto com as teses do antropólogo pernambucano.

13 Northrop Frye, *Anatomia da Crítica*, São Paulo, Cultrix, s/d.

14 “Onde estavam Generosa, Ricardo?... Onde estavam os moleques e os meninos gritando? Onde estavam todo aquele ruído, as carreiras pelo corredor, as brigas da velha Sinhazinha?” [José Lins do Rego, *op. cit.*, cap. I, pp. 292-3].

tar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados. Daria festas, encheria a casa-grande de tudo que fosse conforto, faria um mundo do meu engenho. Escrevera até em jornais indagando pelos restos desta nobreza. E os meus artigos falavam da glória de uma civilização que se fora, dos Megaípes, virados de papo para o ar, de um Pernambuco que falava grosso pela voz de seus morgados, dos seus barões de Goiana, do Cabo de Escada. Tudo literatura. Não sei por que nascera com esse gosto pela fantasia. Quando ia ao engenho, pelas férias, a realidade do Santa Rosa, a mesa grande, os bancos duros, a telha-vã, os banhos de cuia, as precisões feitas no mato, baixavam o meu fogo, abrandavam as minhas prerrogativas senhoriais. Tudo em mim era falso, todos os meus sonhos se fixavam em absurdos. Pensava em barões, em carruagens, quando o velho José Paulino era um simples, um homem sem luxo. Procurava ligações com uma existência que fora de parentes remotos e que talvez nem fossem parentes. Falava dos Cavalcantis, dos Vieiras de Melo, dos Albuquerque, com um orgulho meio maluco. Via, no entanto, parentes bem próximos na miséria. Nô do Itapuá bebendo cachaça, o velho Baltasar de engenho a engenho levando mexericos, outros caídos na mais torpe existência. Construíra planos de vida grande. As minhas preocupações de estudante não mediam a extensão de minhas ambições. Por que não teria a minha família o prestígio que as suas terras lhe deviam dar? Não era dona de toda a várzea do Paraíba? Não conservavam em suas mãos o domínio sobre milhares de homens? [...] Era um principado o que eu queria. E os meus anos de estudante levei-os entre extravagâncias, mulheres insignificantes, e com este sonho de grandeza na cabeça. Quando chegava ao engenho, nas férias, a vida modesta dos meus, o ar humilde de minha gente, continham os ímpetos da imaginação excitada. E o que me restava de tudo isto agora era a realidade de uma vida na iminência de um novo rumo. O velho José Paulino queria saber para o que eu dava” (15).

Contribuem ainda para o rebaixamento da figura do avô diante do modelo ideal os sinais da senilidade que o infantiliza, da decrepitude (16) que em boa medida é reflexo da decadência da ordem patriarcal por ele encarnada. “Via a sua caminhada para a morte”, diz o narrador sobre o avô, “sentindo que todo o Santa Rosa desaparecia com ele”.

O fato é que o avô, se não resiste à comparação com Afonso da Maia, nem por isso deixará de ser louvado por outras qualidades que, no fim das contas, são tanto ou mais valiosas do que a fidalguia do personagem de Eça. Para além da rudez nos modos e nas relações, e das limitações da idade avançada, havia o vigor e a disposição para o trabalho retratados no capítulo II e aquela “bondade inata” que fazia Zé Paulino gostar muito dos cabras, negros e agregados, sendo, reciprocamente, querido por eles. É o que bem demonstra, entre outros momentos, a descrição da dor profunda dos empregados quando da morte do velho patriarca. Ou, por outro lado, a preferência dada pelos empregados ao senhor de engenho em comparação com o usineiro, apesar da vantagem financeira oferecida por este último, como se vê em passagens como esta, muito significativa do ponto de vista das implicações ideológicas que ela comporta:

“E gostava deles. Fazia aquele barulho desde que se entendia de gente e de seu engenho não saía um trabalhador para fora. Trabalhavam por um nada, limpando cana a mil e duzentos por dia, comendo mel-de-furo com farinha.

As usinas, bem perto, pagavam três mil réis. E não queriam saber. O velho gritava, mas havia terra no Santa Rosa para eles criarem a sua cabeça de boi, o seu bacorinho, tirar lenha de que precisassem para o gasto e botar roçado de fava e de algodão” (17).

Aqui e em mais de um momento, o narrador e autor implícito, sem se mostrar claramente contrário ao “progresso”, promove o confronto das relações e do universo do trabalho no antigo bangüê com a moder-

15 *Idem*, *ibidem*, pp. 293-4.

16 “O que me doía mais em tudo isto seria o pensamento de um avô caduco, meio criança, voltado a uma infância sem poesia e sem graça, aquela infância dolorosa que é a demência” (*idem*, *ibidem*, p. 307).

17 *Idem*, *ibidem*, p. 348.

18 Cf. D'Andrea, op. cit.

19 O mesmo complexo de relações aparecerá na versão poética de *Bangüê*, representada pelo poema homônimo de Jorge de Lima recolhido em *Poemas Negros* (1949), também concebido sob influência de Freyre, que é o autor do prefácio. Examinei esse complexo de relações e a influência do autor de *Casa-Grande & Senzala*, à luz do referido prefácio, em "Poemas Negros: um Diálogo Poético de Jorge de Lima e Gilberto Freyre" [Revista USP nº 59, São Paulo, set.-out.-nov./2003, pp. 224-31].

20 Além do confronto com o patriarca fidalgo de *Os Maias*, o romance de Lins do Rego estabelece outro, entre o avô, como encarnação acabada do senhor de engenho, e demais senhores da região, a começar pelo próprio irmão de Zé Paulino, o tio Lourenço. Sendo também senhor de engenho, o Dr. Lourenço, como era tratado, mostrava-se mais esclarecido; gritava mas não falava palavrões; tinha gênio (não perdoava os empregados, como o irmão); e metia-se na política (era antifiliberal). O maior esclarecimento e o preparo político-intelectual não contribuíram, assim, para torná-lo mais humano, bom e justo, como era de se esperar. Ao contrário, é nesse aspecto que a confrontação com o irmão tende à valorização de Zé Paulino em detrimento do dr. Lourenço. E ao mesmo tempo que serve de contraponto para valorizar a figura do avô como senhor de engenho (justo e bom, apesar de rude no trato), dr. Lourenço representa um espelho para o próprio sobrinho-neto, refletindo antecipadamente a mesma incapacidade do bacharel Carlos de Melo, afeito à vida urbana e intelectual, em voltar a se habituar à vida ativa no engenho e à condição de senhor de terras, a ponto de se tornar ainda mais desumano nas relações com empregados e agregados.

21 A influência de Freyre sobre Lins do Rego é moeda corrente na fortuna crítica do escritor, reconhecido por críticos como Aderaldo Castelo, Gomes de Almeida, D'Andrea, etc. O próprio Lins do Rego trataria de deixar registro, em mais de um momento, dessa influência decisiva. Veja-se, por exemplo, o prefácio a *Região e Tradição de Freyre* (depois recolhido em *Gordos e Magros*, sendo posteriormente reeditado por Ivan Junqueira em José Lins do Rego, *Dias Idos e Vividos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, pp. 251-61), em que descreve, nos termos míticos de Hardy,

na usina, de tal maneira que o poderio do seu antepassado acaba por ser engrandecido (18). Assim, muito embora a usina pague o dobro de Zé Paulino, os empregados preferem o bangüê, porque, apesar do salário de 1.500 e da rispidez do velho, ele garante o roçado de algodão, a lenha e a criação do gado, tudo dado de graça em suas terras. A própria descrição das condições de vida degradantes do cabra do eito (denunciadas ainda mais pelo horror e pela indignação de Maria Alice) tende a ser reiteradamente atenuada pela relação paternalista do senhor de engenho com seus empregados e agregados.

Não é preciso muito esforço para reconhecer nessa visão valorativa muito do discurso nostálgico e *tradicionalista* do grupo regionalista nordestino liderado pelo amigo e mentor de Lins do Rego, Gilberto Freyre, que justificava o mérito da velha ordem patriarcal justamente pelas relações mais pessoalizadas e humanas unindo *pateralmente* o senhor de engenho aos empregados e agregados, por oposição à impessoalidade que move o usineiro no trato com os seus (19). A dita "bondade inata", tantas vezes enfatizada como o traço mais marcante do avô Zé Paulino – sendo, inclusive, o que o distinguia de outros retratos de senhores de engenho (20) e o único atributo passível de equiparação com Afonso da Maia, como se viu –, é, ela própria, derivada da mesma matriz freyriana, com todo o seu compromisso ideológico.

Descendente que era de uma das mais tradicionais famílias de proprietários rurais da região, Lins do Rego buscou ilustrar e atestar, com sua própria origem, a verdade das teses de Freyre (21), dispensando a *idealização* literária, mas sem deixar, com isso, de engrandecê-la em sua *rudeza* (no trato) e bondade, que no dizer do antropólogo pernambucano representariam a marca da autenticidade nacional. *A própria evocação do modelo eciano de fidalguia lusitana como termo de comparação parece atender justamente ao desejo do nosso romancista de frisar a especificidade do modo de ser de nossas elites rurais em relação ao colonizador português*. Sobretu-

do a *elite açucareira*, tida pelo antropólogo pernambucano como a representação *mais autenticamente brasileira*.

## NA FRONTEIRA DE WESSEX

Se a evocação de Eça ajuda a precisar, comparativamente, o retrato do avô patriarca e, até certo ponto, o do neto, a de Thomas Hardy permite aprofundar a natureza do conflito vivido pelo narrador e autor implícito.

No romance, a evocação de Hardy se faz em função das leituras diletas de Maria Alice (22), que preferia os ingleses, mais profundos que os romances franceses raras com os quais ainda se entretinha nosso bacharel metido a dândi, que, de inglês, só conhecia mesmo Wilde. Não parece, entretanto, que nos comentários da moça esteja a melhor pista para investigar a afinidade entre Lins do Rego e o autor de *Tess*.

Creio que, grosso modo, tendeu-se a fundamentar a aproximação entre os dois autores no fato de eles retratarem um universo rural em transformação advinda da modernização e os conflitos que dela decorrem. Em ambos os casos, também, a crítica tradicional fala de escritores *regionalistas* e de cronistas de um mundo em desaparecimento do qual são a última voz, marcados, em razão disso, por certa nostalgia de visão que os leva a tomar o partido de seu torrão natal e, por associação natural, de seu passado – o que, no caso de Hardy, já se evidencia na opção pelo antigo nome da região em que situa seus romances, onde na Idade Média ficava o condado de Wessex.

Para Raymond Williams, entretanto, o domínio *divisório* em que se instalam os romances de Hardy não é precisamente o sintetizado pela oposição *rural x urbano, campo x cidade*, mas outro, em que muitos de nós ainda vivemos: a fronteira "entre a tradição e a instrução, entre o trabalho e as idéias, entre o apego ao torrão natal e a vivência das mudanças". Sobretudo nos grandes romances do escritor inglês, "a ex-

periência da mudança e a da dificuldade da escolha são centrais, até mesmo decisivas”. Segundo Williams,

“[É] essa centralidade da mudança e das complicações por ela acarretadas que omitimos, quando vemos Hardy como escritor regionalista, o cronista inigualável de sua Wessex, última voz de uma civilização rural. Este reconhecimento, mesmo quando feito com intenção de elogio, é acompanhado da idéia de que sua obra está cada vez mais distante de nós: de que Hardy não pertence ao nosso mundo, nem mesmo ao século XIX, mas é apenas o último representante da velha Inglaterra rural ou do campesinato” (23).

Sempre segundo o crítico, Hardy trata com profundidade e complexidade, maiores que qualquer outro romancista inglês, de sentimentos e idéias ligadas a um universo que ainda não morreu e que se mostra muito próximo de nós, onde quer que morremos: “algo que pode ser expresso abstratamente como o problema da relação entre a vida regida pela tradição e a orientada pela instrução formal; entre os sentimentos e os pensamentos ligados aos costumes e os que são frutos da educação”. Ou ainda, a grande questão com que se defronta a obra de Thomas Hardy é: o que efetivamente ocorre conosco quando buscamos agir como mediadores entre esses dois mundos – um, regido pelos valores familiares e tradicionais em que se foi criado; outro, regido pelos valores advindos da instituição, da formação intelectual que nos leva, muitas vezes, a julgar o primeiro (o universo familiar) como inferior distante, sem capacidade para nos despertar qualquer respeito ou afeto, embora nos seja ainda muito familiar e nos prenda pela nostalgia? O que acontece, em suma, “quando voltamos para o nosso lugar de origem, nossa família, e percebemos, em termos de idéia e de sentimento”, o significado da expressão “o retorno do nativo”? É essa a natureza do conflito encenado no melhor da ficção de Hardy e que Williams denomina de “crise da volta do nativo” (24), obviamente por associação com

o título de um dos mais conhecidos romances do escritor inglês (*The Return of the Native*), embora sem se restringir a ele.

Essenciais pelo que revelam de uma problemática que, sem deixar de ser central na ficção de Hardy, é das mais relevantes para toda e qualquer reflexão sobre o significado do trabalho intelectual ou artístico, os comentários argutos de Williams permitem um confronto mais seguro com o que me parece ser a questão afim a *Bangüê*, que também trata a seu modo do tema do *return of the native*. Embora o *conflito* não seja, de fato, da mesma ordem, há também aqui uma *crise* que marca o *retorno* do bacharel Carlos de Melo ao Santa Rosa, com o canudo em punho, muitas leituras na cabeça e alguns fumos de nobreza estimulados pelas páginas de um Eça. Tal crise envolve, igualmente, o desajuste entre os valores da *tradição* e os da *formação*. É, aliás, em termos muito próximos que um crítico como Gomes de Almeida define a incompatibilidade entre a posição nostálgica de Lins do Rego e sua atitude crítica; entre a concepção patriarcal de vida em que foi criado na infância e na adolescência e os valores resultantes do convívio com o meio intelectual do Recife. Vê, entretanto, uma dimensão positiva nessas contradições, como meio de fuga ao “esquematismo empobrecedor” presente nas obras de outros nomes da geração do escritor paraibano (25).

Recorro, ainda uma vez, ao ensaio de Williams. Diz ele que a *crise da volta do nativo* retratada por Hardy tem especial importância “para uma geração específica de pessoas que vieram de famílias comuns, chegaram à universidade e têm de descobrir, durante toda uma existência, o que representa esta experiência” (26). Além disso, o acesso à instrução vem muito convencional e freqüentemente ligado à questão da mobilidade social. Ocorre que, para muitos dos heróis de Hardy, a principal meta a ser alcançada através do acesso à instrução não é a ascensão social e mundana, mas o conhecimento como valor em si ou como forma de conscientização e solidariedade sociais. Movidos por esses anseios, tais heróis retornam ao seu lugar de origem e

o *retorno do nativo* Gilberto Freyre da Europa como um momento decisivo para sua formação como escritor, pelo que lhe revelou de autores e obras até então desconhecidos (sobretudo ingleses), para ele que, “de grande”, só tinha lido, até então..., Eça de Queirós, (Devo a Fernando Arêas Peixoto a lembrança desse prefácio.)

22 “Fui ao seu encontro [de Maria Alice] no alpendre. Estava pelo meio do romance de um de seus autores ingleses. Precisava ler aqueles livros, me aconselhava, só me podiam fazer bem. Não saía dos meus franceses, de uns romances rasos. Eu lhe dizia brincando que aquilo era pedantismo dela, somente porque sabia inglês. Ela queria ir além na conversa, falar da profundidade daquele Hardy que estava lendo, procurando me trazer para a história do livro. Ficava humilhado com o seu gosto e torcia o assunto mais para perto da gente. Chamei-a para ver as jabuticabeiras na safra. Puro pretexto para me ver livre da sua sabelódia. E enquanto andávamos para a horta, ela voltava para o romance. Querendo à força me contar a história triste do amor de uma mulher superior por um cortador de lenha da Escócia. O homem tinha uma paixão desesperada pela mulher. Uma vez acolheu numa tempestade e deu o seu quarto no meio da floresta para que ela pudesse dormir no quente. E enquanto ele, ardendo numa febre de tifo, agüentava a chuva da noite nos ossos, ela ouvia o gemido dele morrendo e pensava que fosse o vento no pinhal.”

23 Raymond Williams, “Wessex e a Fronteira”, in *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 269-70.

24 Idem, *ibidem*, pp. 271 e segs.

25 Gomes de Almeida tem, obviamente, em mira a literatura mais engajada, como a do primeiro Jorge Amado. “A simples comparação”, diz ele, “entre *Menino de Engenho* e *Cacau* [...] mostra o quanto o sectorismo doutrinário prejudica o romance de Jorge Amado, fazendo com que este nem remotamente logre atingir a intensidade expressiva e a realidade poética do romance do escritor paraibano” (*A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro: 1857-1945*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1999, pp. 224-5).

26 Raymond Williams, *op. cit.*, pp. 271 e segs.

27 A esse respeito, vale a leitura, entre outros momentos, das páginas finais do romance (pp. 467-8) quando, depois da ascensão de Floriano, concomitante à queda de Carlos de Melo (que chegam a comer na mesma mesa), o narrador questiona a possibilidade de alguma simpatia e identificação com os cabras do eito, não fosse essa situação-limite de decadência e espoliação.

28 Muito embora um crítico como João Pacheco tenha dito que só em *Bangüê* chega a despontar alguma consciência de classe e da exploração, ele próprio reconhece, de imediato, que ela "não irá contudo além da piedade". Ver *O Mundo que José Lins do Rego Fingiu*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 15.

buscam reaproximar-se dos seus, solidarizar-se deles, visando o benefício comum. O problema é que acabam sendo recebidos com desconfiança, devido ao *status* adquirido, e fracassam em seus ideais, mas não sem antes se empenharem bravamente, sacrificando-se por eles.

E aqui somos obrigados a reconhecer a diferença substancial representada pela posição social, o grau de empenho (se é ainda possível falar em *empenho*) e a natureza do fracasso do *nativo* de Lins do Rego, em seu *retorno* ao Santa Rosa. A começar pelo fato de não ser alguém que proceda de uma família comum, como os heróis de Hardy, mas de ricos proprietários, para quem o acesso à universidade não implica

ascensão, mas a destinação natural dos descendentes privilegiados de sua classe ou de seus apaniguados. Nele, também, não se verifica, como nos heróis de Hardy, o empenho em benefício dos mais pobres, justamente porque não mantém com eles qualquer espécie de vínculo familiar ou afetivo (27). O desprendimento de um Clym (o *native* de Hardy), no sentido de comprometer o próprio *status* alcançado como negociante de pedras preciosas, para se tornar mestre-escola na terra natal, seria impensável no caso de Carlos de Melo. Os únicos ideais que traz na cabeça em seu retorno ao Santa Rosa são, como vimos, de nobreza lusitana. Da formação no Recife, nada trouxe de conscientização política e social. Se em algum momento desponta algo nesse sentido, em face da realidade miserável dos trabalhadores do Santa Rosa, é pela boca do *outro*, que vem *de fora* (no caso, Maria Alice, a leitora de Hardy), logo seguido de justificativas e compensações paternalistas da parte do narrador (28).

Não há, aliás, grande empenho em nada que faça, nem no projeto de escrever o nobiliário familiar, nem de levar adiante a condição de proprietário. A formação acadêmica e seus ideais livrescos tornaram-no um inapto para a vida no campo, um fracassado na tentativa de substituir o avô. Na verdade, um fracassado na vida. É possível reconhecer aqui, novamente, ecos do mesmo Gilberto Freyre, que dois anos depois, em *Sobrados e Mucambos*, dedicaria todo um capítulo do livro à formação bacharelesca como uma das principais responsáveis pela decadência do patriarcado rural. E é justamente isso que o romance de Lins do Rego busca ilustrar. O fato não escapou à análise precisa de *Bangüê* feita por Jayme de Barros, embora sem estabelecer a ponte com Freyre:

"Carlos de Melo é um desenraizado do meio, da terra. Neto de senhor de engenho, arrancado da fazenda, dela vive afastado durante anos. As primeiras linhas do romance explicam e esclarecem todo o seu drama, quando, depois, procura, sem o conseguir, adaptar-se de novo ao ambiente rural



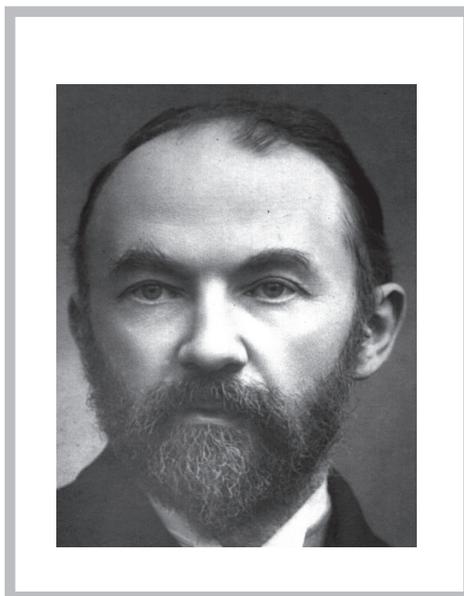
e corresponder às aspirações do avô. Tudo inútil. O garoto que saíra dali nos livros anteriores, *Menino de Engenho e Doidinho*, era outro. Formara-se em direito para não fazer nada. Era um estranho na própria terra. Sua confissão é simples: ‘Tornara-me homem feito entre gente estranha, nos exames, nos estudos, em casas de pensão. O mundo cresceu tanto para mim que o Santa Rosa se tornara um quase nada’.

O caso de Carlos de Melo é de mudança de nível e de feição. Os homens abastados do interior brasileiro não preparam os descendentes para a continuação de sua obra rude de trabalhadores de terra. Encaminham-nos para as escolas, onde sua formação se realiza sem diretivas, como se objetivo dos cursos fosse só concluí-los. Obtido o diploma, nada mais há a fazer, a menos que se inicie outro curso. Voltar atrás não é mais possível.

Em meio de toda essa desorientação, rasgam-se, sempre, aos espíritos mais fortes, outros horizontes. Era, portanto, natural que o Santa Rosa se reduzisse aos olhos de Carlos de Melo, impossibilitando-o, apesar de todo o seu esforço, de embeber ali de novo as raízes do espírito e do coração. Nem mesmo o conseguiu para a execução de uma obra literária, a menos que quisesse mentir e falsificar a realidade. A deformação fora completa” (29).

É, assim, a formação bacharelesca responsável pelo desenraizamento do neto de senhor de engenho, pela contradição de valores, atitudes e sentimentos, e pelo conseqüente fracasso, seja como proprietário de terras, seja como intelectual e escritor. Vejamos um pouco mais de perto como essa contradição se confirma em diferentes níveis, a começar pelo modo como Carlos se relaciona com os empregados da casa.

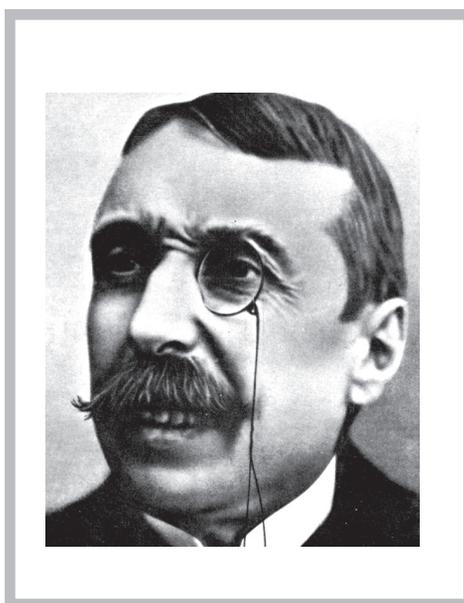
Ao mesmo tempo que se mostra horrorizado com os maus-tratos dispensados por Sinhazinha às “crias” da casa (Josefa à frente), a ponto de desmaiar num ataque epilético provocado pela tensão do momento, ele é incapaz de agir minimamente em defesa da moleca ou de qualquer outro empregado. Quando se torna senhor do engenho, após a morte do avô, chega mes-



**Na página anterior, desenho de José Lins do Rego. Nesta página, o escritor Thomas Hardy e, abaixo, Eça de Queirós**

mo a mandar para o tronco um pobre coitado acusado de roubar um feixe de lenhas, só para servir de exemplo – embora acabe recuando de sua decisão no último momento, frente ao choro desesperado da mulher e dos filhos do empregado.

Antes da morte do avô, nas vezes em que se imaginava como senhor do engenho, propunha-se a oferecer condições dignas de trabalho, moradia, saúde, alimentação e educação aos trabalhadores do engenho, para resgatá-los da indigência em que se encontravam. Acaba, todavia, piorando ainda mais



29 Jayme de Barros, “O Drama Econômico no Romance”, in *Espelho de Livros*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, pp. 105-6. Contemporâneo da publicação dos volumes que integram o ciclo da cana-de-açúcar, esse estudo ainda inspira e surpreende pelas observações certeiras a respeito não só das questões histórico-sociais que despontam nos romances, como também das literárias, como a unidade e a estruturação dos enredos, arriscando, inclusive, alguma incursão psicanalítica, ao comentar o “episódio romântico-freudiano com Maria Alice” (que, em dada medida, reedita a triangulação edípica já presente em *Menino de Engenho*, na relação de Carlinhos com o avô e a tia que também se chamava Maria).

a situação e chega até mesmo a explorar financeiramente o roçado que antes, nos tempos de Zé Paulino, os cabras do eito podiam cultivar de graça, para sustento próprio.

Há, além disso, a questão das relações com as mulheres e com os filhos bastardos. Carlos condenava veementemente o Tio Joca da Maravalha por ter um bando de filhos naturais com as negras do engenho, sem jamais reconhecê-los. Mas o fato é que o sobrinho não hesita ele próprio em tomar à força a mulher de Zé Guedes no banho, de fazer um filho em Maria Chica e, depois, entregá-lo ao abandono, “gramando no eito”, todo roto, catarro escorrendo pelo nariz e “amarelo como os outros meninos do engenho”. O comentário de Tia Nenen a respeito de atitudes como essa é bastante significativo para as condições em questão:

“Tia Nenen me censurou. Pensava ela que os moços da família não fossem atrás dos meus exemplos. Para que tinham estudado? Para fazer o que Joca fazia e Zé Paulino? Perguntou-me então se não tinha tomado o filho da Maria Chica. Nem isto vocês fazem. Têm coragem de deixar os filhos soltos pelo mundo. Que os antigos façam isso, vá lá. Mas os moços que alisaram os bancos da academia?” (30).

Ligada até certo ponto com a questão social, a ambigüidade da atitude do narrador aparece também no modo como ele se relaciona com a religião. Há, por um lado, a descrença em relação a Deus, sempre invocado pelos pobres. A vida miserável da negrinha Josefa é que o leva, primeiramente, a refletir sobre as ironias do poder divino. Ante as brutalidades com que Sinhazinha trata a menina, Carlos de Melo se indaga, no íntimo, por que Deus não a fizera morrer como os outros meninos:

“A sua vida miserável começava a me tocar, sentindo por ela uma simpatia misturada de pena. Para que Deus fizera escapar das moléstias dos cueiros aquela infeliz? Haveria de vencer tudo e chegar viva até as mãos de minha tia” (31).

Por outro lado, quando não é a questão social que está em xeque, corre desesperado ao oratório familiar para rogar aos santos que intercedam a seu favor, no momento em que é abandonado por Maria Alice. Em seguida, como não é atendido em seus pedidos, fecha a sala com os santos do engenho, só voltando a abri-la quando for esvaziá-la definitivamente e enviar as imagens e o oratório para a tia. O curioso, entretanto, é que Carlos tenha, literalmente, *medo* de se aproximar do quarto fechado, mesmo depois de vazio, assim como teme as almas penadas – em especial, a de um certo “sujeito, que as negras, em meus tempos de menino, diziam aparecer todas as noites, pelo paredão dos picadeiros, fazendo visagens” (32). A descrença revelada em dados momentos é, sem dúvida, produto da consciência esclarecida do bacharel, ao passo que o temor a Deus, santos e almas penadas é herança ou reminiscência da infância reativada no regresso ao engenho natal.

As oscilações entre atitudes tão contraditórias como as elencadas até aqui são, a dada altura, comentadas pelo próprio narrador nos seguintes termos:

“Seria eu mesmo um mau caráter, um sujeito ruim? Penso que não. Não tinha vontade de matar ninguém, de enriquecer com roubos, de fazer intrigas. Tinha pena dos pobres. Quando dera em Pinheiro naquela vez, passara uma noite horrível. O que me faltava era fibra, tẽmpera de homem. Vacilava como um pêndulo de relógio. Uma mulher quase que me punha doido, a correr pelo engenho inteiro à vontade, de nervos enfraquecidos. Sofrera desesperadamente com as surras da negrinha Josefa. Era capaz de ódio de morte, mas de repente iam-se embora as raivas” (33).

É essa falta de *fibra*, de *tẽmpera de homem* que levou Mário de Andrade, em “A Elegia de Abril”, a reconhecer em Carlos de Melo o primeiro exemplo característico do “fracassado nacional”, *tipo moral* recorrente na ficção dos anos 30, como bem demonstram o “triste personagem de *Angústia*”, de Graciliano Ramos, o Eduardo de Menotti

30 José Lins do Rego, op. cit., p. 455.

31 Idem, ibidem, p. 302.

32 Ver: idem, parte III, cap. XX, pp. 465-6.

33 Idem, ibidem, p. 451.

del Picchia e alguns dos personagens de *Saga*, além de outros tantos (anti-) heróis de autores, hoje, mais esquecidos (34).

Não se trata aqui, contudo, do mesmo malogro dos heróis de Hardy, conforme vimos com Williams, que só soçobram diante de uma força maior depois de imporem-lhe resistência, na luta em prol de um ideal. É o que observa Mário, ao distinguir a peculiaridade de nossos *fracassados nacionais* em comparação com os grandes heróis da tradição literária européia:

“Um Dom Quixote fracassa, como fracassam Otelo e Madame Bovary. Mas estes, como quase todos os heróis da arte, são seres dotados de ideais, de ambições enormes, de forças morais, intelectuais, físicas, representam tendências generosas ou perversivas. São enfim seres capazes de se impor, conquistar suas pretensões, vencer na vida, mas que no embate contra forças maiores são dominados e fracassam. Mas em nossa literatura de ficção, romance ou conto, o que está aparecendo com abundância não é este fracassado derivado de duas forças em luta, mas a descrição do ser sem força nenhuma, do indivíduo desfibrado, incompetente para viver, e que não consegue opor elemento pessoal algum, nenhum traço de caráter, nenhum músculo como nenhum ideal, contra a vida ambiente. Antes, se entrega à sua conformista insolubilidade” (35).

Sem dúvida, é o que se verifica com Carlos de Melo, “o mais emocionantemente fraco” segundo Mário. Ele fracassa sem resistência alguma, seja como senhor de engenho, como escritor, como pai, como esposo e, mesmo, como *homem*... Uma vez que a questão do poder é sempre traduzida em termos *fálicos*, como bem ilustra o “cacetete de patriarca” de Zé Paulino, era de se esperar que a imagem para melhor simbolizar a perda da posse do Santa Rosa e da autoridade do neto como senhor de engenho fosse justamente a do *castrado*:

“E os meus planos? E o Santa Rosa feito solar de príncipe, cercado da vassalagem

dos parentes e aderentes? Tudo o que era meu estava no chão, em pó, tudo reduzido a nada. Despojaram-me até da minha condição de homem válido. Não pensava mais em mulheres. Os meus sonhos com Maria Alice desapareciam. Os meus sonhos de agora eram de um castrado. Sonhava apanhando dos outros. Vinha um sujeito para me dar e os meus braços eram bambos”.

O vínculo de origem com as elites rurais somado à *inaptidão* para levar adiante a condição de proprietário herdada dos antepassados fazem de Carlos de Melo parente próximo do *fazendeiro do ar*, nos termos em que o concebeu Drummond (36), embora com uma pequena diferença em relação ao retrato do tipo forjado pelo próprio poeta itabirano ou por um Ciro dos Anjos na ficção, entre outros. Tal diferença é a de que, em *Banguê*, assistimos ao *retorno* (examinado aqui, em sintonia com Hardy) à fazenda e à tentativa baldada de atuar como proprietário. O que acompanhamos de perto é a *liquidação de patrimônio* do *fazendeiro do ar*, antes de seu deslocamento definitivo para a cidade – descrito, aliás, no parágrafo final do livro, em analogia com o fecho de *Menino de Engenho*, quando se deu o primeiro e decisivo afastamento do Santa Rosa e de sua gente, do qual redundará o conflito de valores do futuro bacharel no seu retorno à terra natal:

“Acordei numa manhã com os pássaros da gameleira cantando como naquele dia em que pela primeira vez me levaram para o colégio. Agora ia sair para sempre do Santa Rosa. [...] De dentro da rede, naquela manhã de minha partida, sentia que não podia fazer mais nada. Fracassara completamente. [...] Da janela do vagão via o Santa Fé novo em folha, com a casa grande espelhando ao sol. Depois o Santa Rosa ficando de longe. [...] Tudo ficava para trás. Lembrei do retrato do velho Zé Paulino, de olhos bons e com a cara mais feliz deste mundo. O neto comprara uma passagem de trezentos contos para o mundo. [...] O trem corria. Tudo ficava para trás. [...]” (37).

34 É o caso de Cordeiro de Andrade, Cecília Carneiro, Leão Machado, Fran Martins, Francisco Inácio Peixoto, Luís Martins, Osvaldo Alves e Gilberto Amado. Ver: Mário de Andrade, “A Elegia de Abril”, in *Aspectos da Literatura Brasileira*, São Paulo, Martins, 1974, pp. 189 e segs.

35 Idem, *ibidem*, p. 160.

36 Para o estatuto do *fazendeiro do ar*, ver: Roberto Schwarz, “Cultura e Política, 1964-1969”, in *O Pai de Família e Outros Ensaios*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 92. Ver, também, as considerações de Sérgio Miceli sobre os *crônistas da casa assassinada*, dentre os quais inclui os narradores-personagens de Lins do Rego, Cyro dos Anjos e Graciliano Ramos, que, na qualidade de descendentes de proprietários rurais arruinados, “realizam as diversas potencialidades objetivas das quais seus próprios autores conseguiram se livrar”. Cf. *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, 1979, p. 93. Ver, ainda, os comentários de John Gledson em: “Civil Servants as Narrators: O *Amanuense Belmiro and Angústia*”, in Steven Boldy (ed.), *Before the Boom: Four Essays on Latin American Literature Before 1940*, Liverpool, University of Liverpool, Centre for Latin American Studies, Monograph Series 10, 1981. E, por fim: Fernando Gil, *O Romance da Urbanização*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

37 José Lins do Rego, *op. cit.*, pp. 470-1.